

PINGA-FOGO

■ **PRESIDENTE FLÁVIO BOLSONARO** - O senador Flávio Bolsonaro dispara na bolsa de apostas da direita como o candidato da família à Presidência da República. A sua performance nas entrevistas das redes de televisão tem servido como passaporte para o Planalto.

■ **TERMÔMETRO** - O secretário da Casa Civil do RJ, Nicola Miccione, prestigiará a abertura dos trabalhos legislativos da Alerj representando o governador Cláudio Castro que estará em Brasília. O discurso do presidente da Alerj, Rodrigo Bacellar, é aguardado e os sinais que ele enviará nas entrelinhas também, principalmente os acenos de paz.

■ **ATENDIMENTO ÀS MULHERES** - Petrópolis terá uma Comarca de atendimento à mulher. O anúncio foi feito pelo defensor público Lucas Alves Nunes, do 8º Núcleo Regional de Tutela Coletiva (NRTC), durante a abertura das ações de Agosto Lilás, na sede da Casa da Educação. Ele também destacou que a Defensoria ajuizou uma ação para exigir a instalação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) no município.

■ **PARLAMENTARES PELO RIO** - Foram seis anos de espera, mas finalmente as Regiões Norte e Noroeste do Rio de Janeiro poderão ser beneficiadas com mais facilidade no acesso ao crédito rural. O Projeto 1440/2019 foi aprovado em julho com relatoria do senador Romário (PL-RJ), após articulação do senador Carlos Portinho (PL-RJ) para colocar em pauta, além do forte lobby do atual prefeito de Campos Wladimir Garotinho (PP-RJ) — autor do projeto quando ainda era Deputado Federal. O trio trabalhou para aprovação da matéria que estava em tramitação no Congresso desde 2019.

■ **De acordo com Portinho, ele, como líder do PL, pediu ao presidente Alcolumbre para pautar a votação, negociando com o Governo para vetar a parte do texto que criaria o Fundo do Desenvolvimento Econômico do Norte e Noroeste Fluminense. Segundo ele, essa foi a alternativa para garantir o benefício para os municípios.**

■ **O projeto contou com apoio da FIRJAN, que estima um aumento de R\$22 milhões na economia dos municípios das Regiões. A Federação destacou que a matéria vai gerar o fortalecimento das cadeias produtivas, aumentar a produtividade regional, garantir o apoio a formação, além de estimular investimentos na infraestrutura. O texto segue para sanção presidencial.**

■ **6X1 NA FLIP** - Maioria dos trabalhadores e trabalhadoras da escala 6×1 é de jovens negros que ganham até um salário-mínimo e meio e passam mais de uma hora e meia em deslocamento até o trabalho. As informações constam em Atlas da Escala 6X, resultado de uma parceria entre pesquisadores do Observatório, do Sindicato dos Comerciantes do Rio de Janeiro e da Associação Trabalho, Rede, Acompanhamento e Memória (Trama). A pesquisa foi realizada em duas etapas, e apresentada na Feira Literária Internacional de Paraty (Flip) deste ano, com a presença de entidades de classe e parlamentares.



Reunião entre a presidente da OAB-RJ, Ana Tereza Basilio, e o defensor público-geral do Estado do Rio, Paulo Vinicius Cozzolino, aconteceu na última semana



OAB-RJ e Defensoria Pública juntos para alinhar programas de aprimoramento do acesso à Justiça



Mesa com toda a diretoria da OAB-RJ, além de Rita Cortez (IAB) e do desembargador Carlos Alberto Direito



Felipe Sarmento, presidente interno do Conselho Federal da OAB



A presidente da OAB-RJ, Ana Tereza Basilio, com o homenageado José Roberto de Castro Neves

OAB-RJ e Defensoria Pública alinham projetos para ampliar acesso à Justiça

A presidente da OAB-RJ, Ana Tereza Basilio, se reuniu na última semana com o defensor público-geral do Estado do Rio de Janeiro, Paulo Vinicius Cozzolino, para alinhar programas de aprimoramento do acesso à Justiça. Basilio levou a proposta de unir forças, por meio de um Termo de Cooperação Técnica, para garantir mais oportunidades de trabalho à advocacia fluminense e, ao mesmo tempo, ampliar e qualificar o atendimento prestado à população hipossuficiente em todo o estado.

“Nosso objetivo é alinhar as iniciativas da Ordem aos projetos da Defensoria Pública para que possamos, simultaneamente, dar mais oportunidades de trabalho aos advogados e, com o apoio da Defensoria, atender os hipossuficientes de maneira mais intensa e personalizada”, explicou a presidente.

Também participaram da reunião, pela OAB-RJ, o secretário-adjunto Sergio Antunes e a presidente da Comissão da Advocacia Dativa, Patricia Pacheco. Pela Defensoria Pública, participaram o subdefensor público-geral de Gestão, Flavio Eduardo Lethier Rangel, a subdefensora pública-geral Institucional, Suyan dos Santos Liberatori, o diretor de capacitação do Centro de Estudos Jurídicos, José Roberto Mello Porto, o assessor parlamentar e de assuntos institucionais, Eduardo Quintanilha, e a chefe de gabinete, Luiza Lisboa Amin Trompiere.

Imortal José Roberto de Castro Neves é homenageado

A OAB-RJ promoveu, na última semana, homenagem ao jurista José Roberto de Castro Neves, novo ocupante da cadeira 26 da Academia Brasileira de Letras (ABL). Na ocasião, a presidente da OAB-RJ, Ana Tereza Basilio, colocou em votação a proposta, aprovada por aclamação, de conceder ao mais novo imortal a medalha

Evandro Lins e Silva. A cerimônia contou com a participação do presidente do Conselho Federal da OAB, Felipe Sarmento.

“Além de advogado brilhante, José Roberto é também um jurista e escritor excepcional, o que

o torna uma figura rara e preciosa para a advocacia. Tê-lo como conselheiro da OAB-RJ e membro do Conselho Federal é motivo de grande orgulho. Sua produção intelectual é notável: um grande civilista, professor admirado e autor de obras que aproximam o Direito da sociedade, traduzindo com sensibilidade o papel fundamental da advocacia”, disse a presidente da OAB-RJ, Ana Tereza Basilio.

Também participaram do evento a vice-presidente da OAB-RJ, Sylvia Drummond, o secretário-geral Rafael Borges, o secretário-adjunto Sérgio Antunes, e o tesoureiro Fábio Nogueira. Compuseram ainda a mesa a presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), Rita Cortez, e o desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) Carlos Alberto Direito.

Fernando Molica

Michelle e os riscos para Valdemar e Bolsonaro

Ao criticar os governadores de direita que não apareceram no ato pró-Jair Bolsonaro, o pastor Silas Malafaia indicou o que o jornalista Tales Faria, do Correio, cravou: no entorno do ex-presidente, muita gente quer que sua mulher, Michelle, seja candidata a presidente da República.

Os bons índices por ela alcançados na última pesquisa Datafolha reforçaram a convicção da ala bolsonarista do PL que Michelle é a melhor opção disponível para a extrema direita em 2026.

Além do sobrenome Bolsonaro e da evidente ligação com o marido, ela tem outras vantagens: é evangélica, jovem, bonita, tem carisma, fala muito bem — aparentemente, sabe dosar a imagem de esposa com a de militante, encarna não uma mulher ambiciosa, mas a companheira que assume o lugar do marido que, por força maior, foi afastado da batalha.

O problema é que ganhar eleição é apenas uma etapa do processo. Por mais personalista que seja, Jair Bolsonaro representa determinadas forças políticas, inclusive setores que se viam aliados da vida institucional e partidária, como militares, policiais, evangélicos e representantes uma classe média que temia a aproximação dos pobres e o afastamento dos ricos.

Avesso à tarefa de administrar, às chatices inerentes à administração pública, Bolsonaro não viu problemas em terceirizar o governo para o Centrão enquanto corria pro abraço no cercadinho. Mostrou que, apesar

da teimosia, sabia jogar o jogo.

Michelle, por sua vez, é um mistério. Jamais exerceu qualquer mandato parlamentar ou cargo na administração pública. Encarna o espírito do bolsonarismo, mas pouco se pode dizer do que seria capaz caso chegue à Presidência.

Católico de formação, Bolsonaro soube adaptar seu discurso à lógica evangélica, mas já existia como personagem político antes de ser rebatizado — por um pastor e político que acabaria preso — no Rio Jordão.

Ao ser candidatar ao Planalto, carregava nos ombros sete mandatos de deputado federal. Por mais surpreendentes e mesmo absurdas que fossem as atitudes de Bolsonaro na Presidência, nada era incompatível com seu passado.

É possível prever que, candidata, Michelle radicalizará seu discurso em defesa de uma determinada configuração familiar e, caso eleita, reforçará a já relevante presença de lideranças evangélicas na esfera pública, o que inclui a concessão de novas vantagens para o segmento.

A grande questão é que, apesar de todo o poder conquistado pelo Legislativo nos últimos anos, presidente da República ainda manda, é capaz de definir políticas, rumos e delimitar setores que serão mais ou menos favorecidos. E quase ninguém pode adivinhar que grupos seriam beneficiados com a ascensão à Presidência de uma pessoa estranha ao universo da política.

Tanto que sua base de apoio no PL é a ligada ao seu marido, não a Valdemar Costa Neto, presidente do partido, político que sempre se caracterizou pelo pragmatismo, teve papel fundamental na formulação da candidatura de Lula que seria vitoriosa em 2002. Apesar de todo prestígio de Bolsonaro, quem manda no PL é Valdemar.

A chegada de Michelle à Presidência tenderia a mudar o equilíbrio do partido, a diminuir o peso do, digamos, PL raiz. Grato a Bolsonaro pela avalanche de votos que fez disparar o número de deputados do partido e, consequentemente, suas verbas oficiais, Valdemar evita qualquer atrito com o ex-presidente, mas se mantém no comando, respaldado pelos princípios que movem o Centrão.

O crescimento político de sua mulher também geraria consequências para Bolsonaro, que, pelo menos temporariamente, deixaria de ser a estrela do movimento político que deriva do seu nome. Seus filhos também ficariam em segundo plano com o brilho da madrastra, perderiam a oportunidade de ocuparem o lugar do pai.

Outro problema é que Michelle tem o nome, mas não o sangue dos Bolsonaros — e eles demonstram só confiar neles. Por mais fiel que seja aos princípios do marido, ela, respaldada pelos votos, passaria a ser dona também de seu destino político. Pelo menos até agora, o ex-presidente não quer se arriscar a cometer essa fraquejada.

Tales Faria

STF já vê traição dos Bolsonaros

O ex-presidente Jair Bolsonaro e seus filhos, especialmente o Zero3, Eduardo, parecem não ter percebido que os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiram não mais aceitar o que consideram provocação e traição contra o país.

Sem contar os três ministros hoje são considerados aliados do bolsonarismo — Kassio Nunes Marques, André Mendonça e Luiz Fux — todos os outros oito concluíram que é chegada a hora de dar um basta na família.

As gotas d’água foram a presença virtual de Bolsonaro nas manifestações deste domingo, 3, por chamadas de vídeo, e os posts de seus filhos nas redes sociais em cenas combinadas com o pai.

Foi com o apoio dos colegas que o ministro Alexandre de Moraes declarou, na abertura do semestre legislativo, considerar “uma traição ao país” os Bolsonaros promoverem retaliações do presidente dos EUA, Donald Trump, contra o Brasil.

Sem citar nomes, Moraes classificou como atitude de milicianos os episódios em que o ex-presidente e seus filhos disseram estar se “esgotando o tempo” para as autoridades decidirem pela anistia aos condenados por tentativa de golpe de Estado.

Para os ministros, ameaçar de morte as empresas do país é

uma chantagem semelhante à de um sequestrador.

Também foi com apoio dos colegas, que o decano do STF, ministro Gilmar Mendes, classificou as atitudes da família Bolsonaro como atos de “lesa-pátria”.

“Traição” e “lesa-pátria” não estão explicitamente previstas na Constituição, mas, segundo juristas, o atentado à soberania tem a mesma dimensão de traição.

Daí porque, no ato de abertura do semestre legislativo, os ministros apontaram como atentado à soberania do país, o presidente dos EUA impor a Alexandre de Moraes a Lei Magnitsky.

O mesmo discurso em defesa da soberania está sendo lançado pelo Poder Executivo. A expressão “ataque à soberania” foi fartamente usada no jantar que reuniu o presidente Lula aos ministros do STF no Palácio da Alvorada na quinta-feira (31).

Essa conclusão de que Bolsonaro e os filhos estão prestes a serem enquadrados por traição é que afastou governadores do comício bolsonarista deste domingo, 3.

Até o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, um possível candidato de Bolsonaro à Presidência da República, faltou às manifestações. Assim como Romeu Zema (MG), Ratinho Junior (PR), e Ronaldo Caiano (GO).

A coluna perguntou ao governador de Goiás se ele achava patriótico concordar com o tarifaço do Trump sobre o Brasil. Caiado respondeu: “Desde o início, me posicionei contra. E tenho trabalhado junto à Embaixada dos EUA para retirar essa taxaço.”

Caiado diz até que conseguiu obter “boas perspectivas” de os EUA reverem taxaço das carnes.

“Meu último contato com o encarregado de negócios da Embaixada dos EUA, Gabriel Escobar, foi na quinta-feira (31). Ele me sinalizou com boas perspectivas de rever a tributação sobre a carne e outros itens”, respondeu.

Em vez de promover o ataque dos EUA ao Brasil, o governador mirou suas baterias contra seu adversário político aqui: tentou convencer o secretário da Embaixada de que o tarifaço de Trump, na verdade, tem servido para aumentar a popularidade de Lula.

“Eu havia deixado claro o dividendo político que o Lula quer tirar com esse enfrentamento”, argumentou.

Ou seja, uma atitude mais inteligente: em vez de se juntar a outro país contra o Brasil, o governador defendeu a economia brasileira e apenas voltou suas baterias contra seu adversário político.